

Conselho de Ética abre processo para cassar Eduardo

Motta nega pedido para que deputado se tornasse líder da minoria

Por Jorge Vasconcellos

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que segue nos Estados Unidos articulando Sanções do governo Donald Trump contra o Brasil, amargou duas derrotas nesta terça-feira (23).

De um lado, o Conselho de Ética da Câmara abriu processo que pode levar à cassação do mandato do deputado por quebra do decoro parlamentar. A decisão atende a um pedido do PT.

Em outra decisão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), negou o pedido da oposição para que Eduardo se tornasse líder da minoria, uma manobra que buscava poupá-lo da obrigação de justificar ausências em sessões e, dessa forma, evitar sua cassação por faltas.

Em um parecer, a Secretaria-Geral da Câmara afirma que a falta de comunicação prévia de afastamento por parte de Eduardo constitui uma “violação”, além de enfatizar que a atuação de liderança exige “presença física do parlamentar”.

“A ausência de comunicação prévia sobre o afastamento do território nacional, como ocorre no caso em análise, constitui, por si só, uma violação ao dever funcional do parlamentar. Mais do que isso, essa omissão impede que a ausência à Casa seja enquadrada em qualquer hipótese de excepcionalidade que autorize o registro de presença à distância”, diz o parecer.

O documento diz ainda que “um afastamento não comunicado à Presidência da Câmara não pode, sob nenhuma ótica, ser considerado uma missão autorizada, pois lhe faltam os elementos essenciais de autorização, formalidade e ciência oficial”.



Eduardo Bolsonaro está nos EUA desde março, onde atua como parlamentar à distância

Processo

No Conselho de Ética, a instauração de um processo é a primeira fase para o colegiado avaliar se há elementos para que Eduardo tenha o mandato cassado por quebra de decoro.

O presidente do colegiado, Fabio Schiochet (União-SC), escolherá um relator para o caso até esta sexta-feira (26), a partir de uma lista triplíce que lhe foi apresentada. Os nomes cotados são: Duda Salabert (PDT-MG), Paulo Lemos (PSOL-AP) e Delegado Marcelo Freitas (União-MG).

Após a definição do nome, uma série de prazos começa a contar. As regras internas da Câmara definem que um processo desse tipo pode durar até 90 dias úteis.

Fabio Schiochet disse, ao ser questionado por Paulo Bilynskyj (PL-SP), que a abertura do procedimento cumpre o “papel” do Conselho de Ética.

“O papel do Conselho de Ética é receber toda e qualquer denúncia. Nós também não podemos prevaricar. De maneira nenhuma nós poderíamos deixar de fazer o nosso papel aqui em abrir o processo, senão todos

nós aqui estaríamos prevaricando”, disse o parlamentar.

Mandato em jogo

Em março, Eduardo Bolsonaro pediu e foi autorizado a se licenciar do mandato para seguir nos Estados Unidos. A licença terminou em agosto, e, desde então, o parlamentar vem acumulando faltas em sessões da Câmara.

Em uma manobra, a deputada Caroline De Toni (PL-SC) comunicou a renúncia da liderança da minoria na Câmara para transferir a função para Eduardo. O anúncio foi feito no último dia 16, durante uma coletiva de imprensa com a participação de vários parlamentares bolsonaristas.

Porém, a tática que buscava livrar Eduardo de comparecer às sessões foi frustrada por Motta nesta terça. Com isso, abre-se caminho para que o deputado seja cassado se faltar a um terço das sessões da Câmara neste ano.

É provável que essa discussão comece apenas em março de 2026, já que, sempre neste mês, é apresentado um relatório sobre a participação de deputados em sessões da Câmara.

Motta

Eduardo Bolsonaro, que tem se apresentado como “deputado federal no exílio”, criticou a decisão de Hugo Motta e fez duras acusações contra o presidente da Câmara.

“O Hugo Motta é refém do regime, ele está sofrendo extorsão do ministro Alexandre de Moraes. A gente compreende isso, mas isso não o isenta de críticas”, disse.

“Eu esperava mais coragem dele. Eu acho que ele poderia perfeitamente seguir o regimento interno da Casa e avaliar a minha liderança da minoria, mas ele prefere perseguir por entender que nós somos o lado mais fraco da força. Então, o que a gente tem que fazer? A gente tem que levantar a temperatura em cima do Hugo Motta. Eu não tenho outra saída”, acrescentou Eduardo.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), anunciou que recorrerá da decisão de Hugo Motta. Ele reclamou que o presidente da Câmara mudou de posição após sofrer “pressão externa corporis”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Presidente norte-americano cita brasileiro em discurso

Bolsonaristas desqualificam elogios de Trump a Lula

Surpreendidos e decepcionados com as citações elogiosas de Donald Trump a Lula, bolsonaristas decidiram tentar inverter o jogo e passaram a divulgar que tudo não passa de uma armadilha preparada pelo presidente norte-americano. A senha para a argumentação foi dada pelo blogueiro Paulo Figueiredo que, nos Estados Unidos, atua ao lado do deputado

Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para estimular sanções contra o Brasil. Em post no X logo depois do discurso de Trump na ONU, Figueiredo disse que Lula foi colocado em “cheque” (sic). Isto porque, diante do convite para uma reunião com o norte-americano, o brasileiro seria obrigado a obter alguma concessão, o que o blogueiro considera impossível.

Saída

Eduardo republicou o post e classificou Trump de “gênio” por ter se mostrado disposto a negociar apenas depois de ter aumentado a pressão que já provocara. Para ele, ao dizer que o Brasil vai mal sem os EUA, Trump reafirma que a anistia é a única saída.

Colo e cova

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) entrou no coro. Para ele, Trump “estressou” as negociações e agora, “adoça a boca e chama para sentar no colo. Chamou pra cova”. Segundo Portinho, o episódio mostra que o norte-americano faz jus à fama de bom negociador.

Plenário do Senado vota regulamentação de tributária

Por Gabriela Gallo

Está previsto para o plenário do Senado Federal votar, nesta quarta-feira (24), a urgência do segundo projeto de lei complementar que regulamenta reforma tributária (PLP 108/2024). Uma vez aprovada a urgência da medida – que acelera a tramitação do projeto permitindo que ele não precise ser apreciado e discutido em demais comissões da Casa – o mérito do texto deve ser votado em seguida. Os senadores discutirão e votarão o texto substitutivo do relator Eduardo Braga (MDB-AM). Se aprovado, como o projeto passou por alterações, o texto retornará para ser discutido na Câmara dos Deputados.

Braga que também foi relator do texto-base da reforma tributária de consumo, tal como relator do primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a medida (PLP 68/2024), que se tornou Lei Complementar nº 214/2025 após ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O PLP 108/2024 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa na última quarta-feira (17).

Enquanto a Lei Complementar nº 214/2025 implementa de fato os novos impostos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o Imposto Seletivo (IS), batizado de “imposto do pecado”, o PLP 108/2024 cria o Co-



Senadores discutirão texto substitutivo de Eduardo Braga

mitê Gestor do IBS, responsável por coordenar a distribuição do novo tributo entre estados e municípios. O governo tem pressa para aprovar e sancionar a medida ainda neste ano para que a transição da reforma comece, de fato, em 2026 e termine em 2032, com a aplicação integral da nova legislação a partir de 2033.

IBS

Dentre as mudanças previstas no texto substitutivo de Eduardo Braga, está a mudança no modelo de repartição dos recursos arrecadados com o IBS. Além do imposto em si, passam a ser divididos entre os estados e municípios os

rendimentos de aplicações financeiras, juros e multas de mora.

A divisão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) segue os índices vigentes em 2032. Como o IBS só começa a valer de forma plena a partir de 2033, até lá o ICMS e o ISS (Imposto sobre Serviços) continuam sendo cobrados normalmente. Em 2032, o que cada estado receber de ICMS vai servir de referência para definir quanto ele vai receber do IBS a partir de 2033.

O relator estendeu até 2096 o prazo de vigência do seguro-receita, um mecanismo para compensar perdas de arrecadação para estados e municípios com a reforma

tributária. Ainda de acordo com o substitutivo, o Fundo de Combate à Pobreza só começa a receber recursos do IBS em 2033.

Comitê Gestor

O relatório ainda determina a criação de duas novas entidades. A primeira é uma associação pública entre o Comitê Gestor e a Receita Federal do Brasil, que terá a função de permitir a gestão compartilhada entre o IBS e a nova Contribuição sobre Bens e Serviços. Já a segunda entidade é a Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS, que julgará conflitos sobre normas de ambos os tributos.

Em relação ao Conselho Superior que conduzirá o Comitê Gestor, os futuros membros desse comitê passam a ter mais estabilidade no cargo. Braga retirou a previsão de que os governadores podem trocar seus representantes, assim como os prefeitos – no caso deles, por meio de voto. Os conselheiros serão representantes dos estados e municípios com mandato de quatro anos e devem ter boa reputação e experiência na área tributária.

O Comitê Gestor será um órgão sem subordinação hierárquica a qualquer outro do poder público. As prestações de contas serão semelhantes às de órgãos como o Ministério Público e dos três Poderes, mas adaptadas às suas peculiaridades.

Com informações de Senado Notícias



O deputado Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos

Um dia para ser esquecido pelos aliados de Bolsonaro

Apesar da tentativa de ver como positivos para a oposição os elogios de Trump a Lula, bolsonaristas tiveram um dia ruim. Logo cedo, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) publicou a impossibilidade de Eduardo Bolsonaro de assumir a liderança da Minoria, o que inviabilizou a manobra para salvar seu

mandato. Horas depois vieram o discurso do norte-americano e a decisão do Conselho de Ética de abrir processo contra o filho do ex-presidente. Na sessão de ontem da Câmara, 17 deputados haviam citado o nome de Trump até as 18h12 — quase todos do PT; apenas um do PL.

Sem festa

O governo adorou os comentários do norte-americano ao colega brasileiro, mas quer evitar qualquer comemoração. Sabe que Trump é capaz de tomar decisões repentinas e de mudar de opinião. Teme também cair em alguma arapuca como a citada pelo PL.

Sem Lula lá

Um primeiro sinal de prudência foi dado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao dizer que a conversa entre os presidentes deverá ser por videoconferência ou por telefone. Isso, para diminuir o peso do encontro e de um eventual fracasso na negociação.

Cabeça dura

Outro problema é que Trump não acenou com qualquer mudança na área comercial e reiterou as críticas a decisões do Supremo Tribunal Federal. Em seu discurso, ele reiterou pontos de vista que rechaçam qualquer tipo de concessão ao multilateralismo.

Vira, virou

Hoje ainda é quarta-feira, mas, ontem, governistas comemoravam a virada em relação aos fatos ocorridos na semana passada, quando perderam feio na Câmara. As manifestações foram grandes, Trump piscou e a isenção de imposto de renda será votada.